

## Carta Pastoral do Colégio Episcopal sobre as eleições 2002

*"O Estado é exigência básica não só para a defesa da vida e liberdade da pessoa humana, mas para a promoção do bem comum, mediante o desenvolvimento da justiça e da paz na ordem social" (Credo Social da Igreja Metodista, III.3)*

Irmãos e irmãs,

Graça, paz e bem!

Nós, bispos e bispa da Igreja Metodista, reconhecemos como nossa tarefa pastoral o empenho na conscientização do povo metodista brasileiro quanto à importância do exercício da cidadania, por meio do voto. Assim sendo, tornamos uma prática a divulgação de uma pastoral orientadora a cada proximidade de eleições, tendo em vista que a situação do País reclama, a cada época e lugar, um posicionamento coerente com os valores do Reino de Deus.

O Credo Social afirma a seriedade da realidade que nos cerca, exigindo nosso pronto posicionamento e atuação: "A pobreza de imenso contingente da família humana, fruto de desequilíbrios econômicos, de estruturas sociais injustas, da exploração de indefesos e indefesas, da carência de conhecimentos, é uma grave negação da justiça de Deus". Este é, de fato, um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos novos governantes a partir do próximo ano. E, decorrente dele, outras graves distorções sociais, como o aumento da violência e da criminalidade, que aprisionam pessoas em suas casas e impedem, em especial os mais empobrecidos, de exercer o direito constitucional de ir e vir.

### **Conhecer a realidade**

Este ano, elegeremos um novo presidente, vice-presidente, senadores e senadoras, deputados e deputadas, governadores e governadoras de Estados. Um diferencial deste ano é ainda a questão da verticalidade, o que obriga o partido a repetir em nível regional as coligações realizadas em nível de Brasil. Ainda que isso possa não trazer maiores conseqüências para o processo eleitoral em si, serve-nos de alerta para demonstrar que, em tempos eleitorais, muitos partidos e candidatos promovem coligações que destoam completamente dos princípios que almejam defender. Com vistas ao poder, muitas vezes passam por cima dos próprios preceitos éticos, fazendo alianças inconcebíveis em anos não-eleitorais.

Esse dado é um fator a mais para afirmarmos que o voto do povo brasileiro deve ser antecedido pela análise da nossa realidade. Nosso País mudou. Na primeira eleição direta para Presidente, foi eleito Fernando Collor, quando a adoção do sistema liberal foi iniciada, com conseqüente abertura da economia ao capital estrangeiro e o fecundar de um novo País, gestado para adaptar-se à globalização, que avançava cada vez mais.

O impeachment de Collor e o governo de Itamar Franco fizeram tão somente consolidar esse caminho; primeiro com Fernando Henrique como ministro e, logo depois, com sua eleição a Presidente. A promessa da estabilidade econômica, mantida a alto preço, garantiu a reeleição presidencial, mas agora, novos ventos começam a soprar. Depois de alcançar a estabilidade econômica e manter uma mesma moeda por oito anos seguidos, vemos, de vez em quando, o estremecimento das bolsas de valores. O dólar, que começou esse período valendo em torno de R\$ 1,00, já chegou ao patamar dos R\$ 3,00. O mercado vive um momento de grave instabilidade. O desemprego aumentou e, com ele, o empobrecimento populacional. Dados divulgados pelos maiores veículos de comunicação do País garantem que a violência aumentou cerca de 50%.

Em algumas regiões de nosso país, especialmente na Amazônia, os conflitos pela posse e manutenção da terra têm sido responsáveis pela deplorável pauperização das populações indígenas e ribeirinhas. Essa é uma situação que desde há muito tempo demanda um compromisso efetivo com uma Reforma Agrária. A presença do trabalho escravo (em 2001, foram registrados 968 casos de trabalhadores em regime fechado em fazendas do Pará) e os assassinatos de trabalhadores rurais por grupos armados, comandados por fazendeiros (grileiros), têm sido denunciados por ONGs, tais como: a Pax Christi, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Food Information and Action Network.

Os dados do Censo 2000 também informam as mudanças ocorridas em nosso País. A mortalidade infantil caiu de 48 para 29,6 óbitos a cada mil nascimentos. Isso significa que estamos abaixo da meta estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança, que é de 32 óbitos infantis a cada mil nascimentos. Ao lado desse avanço, encontramos também o aumento do número de idosos em nosso País, sendo que nos falta a infraestrutura adequada para proporcionar-lhes o atendimento em suas necessidades básicas. Além disso, esse fato significa que as pessoas estão deixando para ter seus filhos mais tarde; aliando-se ao dado levantado pelo Censo, de que está diminuindo o número de filhos por família.

O Censo 2000 apurou também que o número de mulheres que comandam a família aumentou significativamente: são 26,7%, o que corresponde a 12,8 milhões de famílias, contra 7,7 milhões no censo anterior, de 1991. O número de casamentos legais diminuiu de 57,8% para 50,1%. A chamada "união consensual" cresceu de 18,3% para 28,3%.

O número de analfabetos diminuiu de 23,8% para 17,2%. Mas ainda é uma taxa muito elevada, significando, de acordo com o IBGE, cerca de 8 milhões de pessoas, particularmente concentradas no Nordeste.

O Censo 2000 incluiu uma novidade a mais no campo da religiosidade. De acordo com o levantamento, aumentou o número de pessoas que se apresentam como evangélicas, havendo uma diminuição no número de católicos, que caiu de 83,8% para 73,8%. Os evangélicos representam, atualmente, 15,4% da população brasileira.

Esses são apenas alguns fatores que vão nortear a campanha eleitoral de 2002. Precisamos estar atentos e atentas às propostas dos candidatos e candidatas, a fim

de verificar de que forma eles e elas respondem aos desafios concretos apontados pelo levantamento do IBGE. Decerto, haverá políticos que poderão utilizar esses dados apenas como forma de angariar votos. Todo cuidado é pouco!

### **O voto ético**

A Palavra de Deus, em Provérbios 31.8-9, afirma o verdadeiro dever dos que exercem autoridade: "Abre a tua boca em favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham desamparados. Abre a tua boca, julga retamente, defende os direitos dos pobres e necessitados". Tendo diante de si esse dever, deve ser merecedor do voto todo o candidato que, por sua participação política, tenha demonstrado seriedade, caráter e senso do dever no cumprimento de suas tarefas, delegadas pelo povo.

É preciso tomar cuidado com o "voto de cabresto", mais comum em nosso País do que se pensa. Esse tipo de voto é obtido pelo candidato por meio de ameaças ou promessas. É o voto que se troca por tijolos, cestas básicas, promessas de emprego. O cristão e cristã que têm temor da Palavra de Deus não aceitam "vender" o seu voto, pois sabem que a consciência cristã não se pode comprar. Além de si mesmos, eles enxergam a sociedade como um todo, que depende de sua atitude de "sal da terra e luz do mundo" para ser liberta das situações de morte que a aprisionam.

O voto correto passa, ainda, por uma plataforma de governo correta. Isto é, o candidato que irá receber o seu voto deve ser uma pessoa confiável a você. Atualmente, o número de evangélicos não passa mais desapercibido em épocas eleitorais. Mais do que nunca, nossas igrejas serão assediadas por políticos descomprometidos com os valores do Reino, que quererão participar de nossos cultos, prometer ajuda e recursos, pedindo nosso apoio. Ninguém deve receber nosso voto simplesmente por professar a fé evangélica. Essa pessoa deve demonstrar, com sua vida pública, competência e seriedade para o cargo. Afinal, religiosidade exterior não resolve os graves problemas de nosso País. Voto é coisa séria!

O mesmo vale para o grande contingente feminino que, finalmente, é visto pelos políticos como um grupo à parte. Na corrida presidencial, vimos, algumas vezes, os vislumbres da ideia de ter uma mulher concorrendo para que outras votem nela. Da mesma forma que ninguém deve receber nosso voto simplesmente por ser evangélico, não deve recebê-lo simplesmente por ser mulher. Algumas pessoas podem estar sendo usadas a fim de manipular a população, como ocorreu anteriormente em relação à "caça aos marajás". Precisamos de propostas concretas, como concretos são os problemas de nosso País.

De qualquer modo, é importante pontuar como determinados grupos sociais vêm descobrindo - e utilizando com muita sabedoria - sua força dentro da sociedade, como ocorre com os negros e as mulheres, por exemplo, além dos grupos religiosos. O despertar dos políticos para esses segmentos denota sua importância social e seu poder de decisão, os quais devem ser assumidos e exercidos com o verdadeiro espírito de cidadania e justiça, visando ao bem-estar comum.

## **Voto consciente, voto de esperança**

Estamos convictos de que as eleições constituem uma excelente oportunidade para o exercício público de nossa fé que, vista na perspectiva da cidadania, se constitui em fé cidadã. O contexto histórico atual reforça e anima este nosso pensar. Pela quarta vez desde o fim da ditadura militar, estamos elegendo um presidente da República. Nossa cidadania se aprimora na prática da democracia e isso se reflete não apenas no aspecto nacional, mas também nos Estados. 'Como cristãos e cristãs, somos chamados a participar na construção da nossa 'res publica' (coisa comum). Devemos incorporar em nossa fé o zelo pelo espaço público. Podemos afirmar que temos uma dupla cidadania: a do Reino de Deus e a do reino humano. Cremos que o Espírito Santo, por meio de nossas vidas, pode sensibilizar e capacitar a Igreja para a sinalização das sementes do Reino de Deus em nossa realidade histórica.

Em 2002, estamos convocando os/as metodistas a "Testemunhar a Vitalidade do Evangelho" com uma participação ativa e consciente no processo eleitoral. Devemos exercer uma fé que articule piedade pessoal e cidadania, e não se limite à dimensão privada, particular, mas, pelo contrário, incorpore a realidade sociocultural, política e econômica em sua vivência. É um momento propício para rememorarmos o exemplo dos primeiros metodistas, que exerceram uma fé com dimensão pública. Como cristãos e cristãs, eles se preocupavam com aquilo que acontecia fora dos muros de suas casas e igrejas.

## **O compromisso com a justiça**

Um mundo marcado pela justiça e pela igualdade social é o desejo manifesto em várias partes da Bíblia. No texto sagrado, encontramos uma preocupação constante com a construção de um mundo público que seja um lugar bom e agradável para se viver, uma terra que produza abundantemente leite e mel. Está ali registrado o desejo de Deus de restaurar o mundo bom e justo criado sob seu governo, onde todos possam desfrutar do shalom (um estado de total satisfação das necessidades humanas, a paz em seu maior grau e profundidade). Em momentos distintos da história do povo de Deus, é possível encontrar o seguinte desejo: a libertação de situações injustas e de opressão e a concretização de um espaço público governado pela justiça de Deus. De acordo com a tradição bíblica, Deus criou o mundo em sedeq (origem etimológica da palavra hebraica *sedaqah*, traduzida por justiça). Em várias narrativas bíblicas, o que se propõe é o resgate da ordem justa do mundo criado por Deus que, na tradição bíblica, se traduz por Reino de Deus.

O compromisso com a justiça é o referencial bíblico que temos para discernir se um partido ou candidato é confiável ou não. Para isso, é necessário conhecer as ações e os compromissos assumidos pelos candidatos, candidatas e seus respectivos partidos ao longo dos últimos anos. Esconder a que partido pertence, ao invés de assumir sua ligação com os princípios partidários é atitude inadmissível para o cristão e a cristã, quando observam seus candidatos.

## **O papel dos "marqueteiros"**

Não há como negar o decisivo papel da mídia, especialmente da mídia eletrônica e, mais especificamente, da televisão, nos rumos do processo eleitoral brasileiro. Atualmente a imagem tornou-se mais importante que a própria realidade. O que interessa não é aquilo que a pessoa ou o partido é, mas o que parecem ser. Nos tempos de hoje, as pessoas dão mais importância à imagem do que ao real; a isso, dá-se o nome de "simulacro", ou seja, a imagem torna-se mais "real" que a própria realidade. Não é à toa que os partidos, tanto de esquerda como de direita, contratam os principais e mais competentes "marqueteiros", profissionais especializados em marketing político, para conduzirem seus programas eleitorais. Em muitos casos, a pessoa que concorre ao cargo público deixa de ter voz própria e, conseqüentemente, coloca em segundo plano o compromisso com o programa de seu partido, passando a falar e a se portar de acordo com os rumos das pesquisas eleitorais. Portanto, atenção! Olhe com cuidado o que está por trás das 'fachadas' dos programas eleitorais. Não se emocione ou se comova facilmente com as imagens sedutoras veiculadas em tais programas. A desconfiança e a busca por outras informações podem ajudar você dar um voto mais consciente.

### **Cidadania esporádica (de vez em quando) e cidadania cotidiana (a todo momento)**

Ao votar, participamos diretamente do processo eleitoral. Essa participação se constitui num ato de "cidadania esporádica", que tem como principal característica ser algo momentâneo e passageiro. Você se lembra dos movimentos 'Diretas Já' e 'Cara-pintadas', que levaram milhões de brasileiros às ruas para exigir mudanças nos rumos da política brasileira? São movimentos importantes que devem ser alimentados por uma cidadania cotidiana, manifesta nos pequenos e grandes eventos do dia a dia. É bom lembrar que cidadania não é um pacote pronto e acabado, que recebemos ao nascer. Não é algo natural. Ninguém nasce plenamente cidadão. Cidadania se conquista a cada novo dia, portanto não é dádiva do Governo. O exercício da cidadania cotidiana deve se constituir num dos caminhos para a construção de uma nação mais justa. É com ela que se pode vencer os clientelismos, corporativismos, autoritarismos e tantos outros 'ismos' da política brasileira.

### **Controle de qualidade do voto**

Votar é um ato de cidadania. Nesse sentido, devemos votar com cuidado e com critérios éticos. A seguir, sugerimos um "controle de qualidade" de seu voto. Ao responder as questões você poderá ter maior clareza no exercício do voto.

- Quais foram os motivos que influenciaram você na escolha partidária e dos candidatos e candidatas? Esses motivos seriam os mesmos se você os escolhesse à luz dos valores do Evangelho?
- Você conhece o programa do/s partidos/s e dos candidatos e candidatas? Aquilo que propõem é coerente com a história deles? São propostas viáveis para a construção de uma nação mais justa e solidária?
- Valores bíblicos, tais como justiça, paz, inclusão, solidariedade e amor, são contemplados nos programas?
- Você sabe se essas pessoas pautam suas vidas pública e privada por esses valores?

- Você tem convicção de que não sofre a influência das imagens sedutoras veiculadas pelos programas políticos?
- O que motiva você a 'gostar' de um/a candidato/a e não de outro/a? Você já parou para refletir se há algum tipo de preconceito ou discriminação que está influenciando sua escolha?
- Você se preocupa em criar espaços de estudo e discussão dos partidos políticos, procurando identificar alguns fatores como: se harmonizam com a palavra de Deus e as doutrinas de nossa Igreja; desenvolvem efetivamente sua ação comprometidos com o avanço da democracia brasileira; e buscam a construção de uma nova sociedade mais justa e solidária, conforme os valores do Reino de Deus?

Relembramos aqui algumas orientações episcopais dadas em outros momentos históricos de eleição em nosso País. Não basta o exame dos programas dos partidos políticos. É necessário o exame da coerência moral e política da trajetória e da história dos candidatos. É importante o reconhecimento dos grupos políticos e econômicos que estão interessados na sua eleição. É indispensável a identificação dos candidatos e candidatas comprometidos com as necessidades e esperanças das classes populares. É necessário que as candidaturas sejam a expressão da vontade de setores amplos da população. É fundamental que as pessoas não se tenham candidatado por interesses outros que não o do bem-estar comum. O voto não deve e não pode, de forma nenhuma, ser vendido ou trocado por favores pessoais a quem quer que seja.

As dependências das igrejas locais e de nossas instituições sociais e educativas poderão servir como espaço para a informação, reflexão e debate das propostas dos candidatos. Este uso do espaço de nossas igrejas e instituições deve visar a conscientização do povo das comunidades onde estão localizados os diversos trabalhos metodistas. Tal uso deverá ser feito sempre de acordo com a Regulamento da Igreja, segundo o disposto no Art. 128, item 20, dos CÂNONES, ou de acordo com os REGIMENTOS INTERNOS de nossas instituições.

Deve ser evitado todo o pronunciamento dos candidatos(as) no momento do culto público ou de reuniões específicas da própria igreja, tais como a Escola Dominical.

Consideramos inteiramente legítimo o direito de qualquer evangélico candidatar-se a cargos políticos no contexto do exercício da vocação política, objetivando promover a causa e a luta do povo brasileiro, especialmente, as aspirações das classes populares.

### **O que a Igreja Metodista espera dos políticos brasileiros?**

Esperamos o que se pode esperar: o exercício da justiça e do direito, como atestam os profetas bíblicos desde os tempos mais remotos. Assim sendo, o verdadeiro exercício da política passa por um trabalho e atuação voltados ao todo social, e não apenas a grupos ou interesses particulares, sejam quais forem. Esperamos a transparência e a ética, o uso correto dos recursos públicos, a preocupação com a saúde e o bem-estar social, tão postos de lado nos últimos anos.

Ansiamos pela efetiva democratização do acesso dos segmentos populacionais empobrecidos e historicamente excluídos à Educação, inclusive a universitária, de

forma equânime. Esperamos uma Educação que promova a vida, que leve à conscientização; esperamos medidas sociais que minimizem a pobreza. Esperamos a defesa dos interesses brasileiros e não a sujeição irracional a um modelo econômico internacional que nada mais é do que a globalização da pobreza, como disseram muitas vezes os especialistas da área. Esperamos a restauração da credibilidade popular para a combatida classe política.

Como igreja e como cidadãos e cidadãs, ansiamos pela reforma agrária tão alardeada, pelas condições de trabalho e de emprego, pelo estabelecimento de políticas corretas para a habitação, pelo combate à corrupção e aos desvios de recursos. Enfim, uma sociedade inclusiva, sem razão ou falta de espaços que gerem excluídos e marginalizados.

### **Sugestões de atividades para as igrejas locais**

Na perspectiva de uma fé cidadã, as igrejas locais devem participar ativamente do processo eleitoral. Para isso, algumas atividades podem ser desenvolvidas no âmbito das comunidades locais:

- Separar um domingo, antes do primeiro turno, para divulgar, analisar e discutir essa Carta Pastoral sobre as Eleições 2002, especialmente na Escola Dominical e nos Cultos.
- Organizar uma vigília de oração pela nação brasileira e pelo processo eleitoral.
- Criar espaços na programação da igreja local para refletir sobre a dimensão pública da Igreja.
- Incentivar os ministérios e outros segmentos da igreja local na busca de caminhos que expressem o compromisso de uma fé cidadã e, assim, viabilizem a cidadania cotidiana.

Reafirmamos aqui o que já dissemos em cartas pastorais anteriores: **NÃO DEIXE DE VOTAR! NÃO ANULE SEU VOTO! VOTE CONSCIENTE, SEJA RESPONSÁVEL! EXERÇA SUA CIDADANIA!**

### **Colégio Episcopal da Igreja Metodista no Brasil**

Bispo João Alves de Oliveira Filho, presidente

Bispo João Carlos Lopes, vice-presidente

Bispo Josué Adam Lazier, Secretário

Bispo Adolfo Evaristo de Souza

Bispo Adriel de Souza Maia

Bispo Luiz Vergilio Batista da Rosa

Bispa Marisa Freitas Ferreira Coutinho

Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann